



Artigos da seção livre

Uma leitura humanista de *Ensaio sobre a cegueira*, *Ensaio sobre a lucidez* e *As intermitências da morte*, de José Saramago

Maiquel Röhrig*

Resumo: Este artigo analisa três obras de José Saramago (*Ensaio sobre a cegueira*, *Ensaio sobre a lucidez* e *As intermitências da morte*), nas quais, segundo a perspectiva aqui adotada, o autor levanta e critica a problemática relação entre o sistema dito democrático ocidental e a vida do indivíduo, a qual deve submeter-se à pretensa coletividade, quando, na verdade (e ao contrário), alimenta os interesses de minorias, submetendo-se ainda às leis e ao ideal do bem comum (um paradoxo capitalista). A interpretação alegórica é marxista (Jameson), mas o referencial teórico ancora-se em Sloterdijk, Agambem, Althusser e Foucault.

Abstract: This article analyzes three works by José Saramago (*Blindness*, *Seeing* and *Death with interruptions*), in which, according to the perspective adopted here, the author raises and criticizes the problematic relation between the so-called democratic West and the life the individual, who must submit to the alleged community, when in fact (and contrary), feed the interests of minorities, even submitting to the laws and the ideal of the common good (a capitalist paradox.) The allegorical interpretation is Marxist (Jameson), but the theoretical basis is anchored in Sloterdijk, Agambem, Althusser and Foucault.

Palavras-chave: Saramago, alegoria, Estado, democracia, marxismo.

Keywords: allegory, state, democracy, Marxism.

1 Introdução

As narrativas de José Saramago aqui estudadas são, antes de tudo, uma realização estética. Neste artigo, porém, procurar-se-á interpretá-las como crítica ao sistema de sociometabolismo do capital, na sua configuração capitalista, no que este tem de hipocritamente “liberal” (o que também são, como se pretende demonstrar), para o que o ficcionista valeu-se de alegorias que apontam para a realidade questionando-a em diversos aspectos, sobretudo a relação entre o Estado e o indivíduo, na sua dimensão política e jurídica.

Outros livros do autor apresentam, sob esta perspectiva de análise, a mesma temática, no entanto ela é abordada de maneiras diversas e por isso não foram aqui analisados (é o que ocorre, por exemplo, em *A caverna*, narrativa em que a representação incide especificamente sobre o modo de produção capitalista).

* Mestrando de Literatura Comparada na UFRGS.

Escolheram-se para esta pesquisa as obras que têm em comum: (1) a representação do cidadão como indivíduo “matável” (vida nua), (2) o isolamento dos cidadãos pelo Estado a fim de conter o problema, (3) o questionamento do sistema “democrático” e (4) instauração de um “estado de exceção”. As diferenças na composição dos textos serão apontadas ao longo das análises, no que for pertinente aos propósitos deste artigo. As semelhanças serão apresentadas em tabelas comparativas a fim de facilitar a visualização destas pelo leitor e, após, desenvolvidas dissertativamente.

Embora sejam utilizadas referências teóricas diversas, o eixo interpretativo é marxista, sobretudo de acordo com Jameson (1992): “nada existe que não seja social e histórico – na verdade, [...] tudo é, em última análise, político” (p. 18), e, ainda, “a obra individual é apreendida essencialmente como *ato simbólico*” (p. 69). A perspectiva segundo a qual as narrativas são uma representação da realidade (no caso de Saramago como crítica ao *status quo*) é utilizada a despeito inclusive de chocar-se com ideias de teóricos da própria bibliografia (Foucault, por exemplo), os quais estão aqui empregados para a análise de outros conceitos.

2 Apresentação das obras

Ensaio sobre a cegueira (1995) narra uma epidemia de cegueira “branca” em um país imaginário. Antes que a população inteira cegue, cerca de duzentas e sessenta são isoladas em quarentena no prédio de um antigo manicômio, em camaratas separadas. Enquanto um dos grupos (heterogêneo na sua composição – homens, mulheres, europeus, asiáticos, africanos, jovens, adultos, velhos etc.) procura viver de modo pacífico estabelecendo uma espécie de democracia, um grupo de homens de outra camarata estabelece uma tirania mediante a imposição da força bruta. Apenas uma mulher não cegou, porém ela não pode revelar este segredo, uma vez que colocaria em risco sua vida e faria dela escrava dos outros ou, no mínimo, uma serviçal. Os cegos “tiranos” impõem aos demais o pagamento pela comida fornecida pelo governo e, quando o dinheiro dos outros acaba, exigem que as mulheres submetam-se sexualmente a eles. Depois de humilhações extremas, a mulher do médico (que enxergava), mata o líder dos tiranos. Ao invés de receber apoio, homens do seu grupo propõem investigar quem fora a assassina (eles não sabem que foi ela) e entregá-la a fim de evitar confrontos. Esta covardia é impedida por um incêndio provocado por outra mulher. Ao escapar do manicômio, os cegos percebem que os soldados que os vigiavam foram embora e que, portanto, estão livres. Contudo, lá fora a população do país inteiro cegou, e a vida continuará como uma luta pela sobrevivência. Depois de um tempo, da mesma forma que a

cegueira branca acometeu-os rapidamente e sem explicação, abandona-os.

Ensaio sobre a lucidez (2004) retoma o país, situações e personagens do livro anterior, mas de modo bem diverso. Agora, a “brancura” não é cegueira, é lucidez: a esmagadora maioria dos eleitores da capital vota em branco nas eleições municipais. Realizada uma segunda votação, o resultado se repete. O governo toma medidas enérgicas para dissuadir o povo desta insurgência silenciosa, mas fracassa. Abandona a cidade e deixa a população “desprotegida”. Ao contrário do que imaginara, os “brancos” não se desesperam, e a ausência das autoridades não muda nada na vida das pessoas. A fim de restabelecer a “ordem”, o governo pratica atos terroristas e culpa os supostos “conspiradores”. O medo que o governo tenta incutir nos cidadãos a fim de que estes reconheçam que ele é necessário não obtém resultados, mas a estratégia se mantém até o final, somada à imposição de dificuldades ao recebimento de suprimentos e, principalmente, à intensa tentativa de manipulação ideológica através da imprensa, tudo a fim de impor a democracia, ou seja, o controle do Estado na vida dos indivíduos, os quais, desta vez, silenciosamente, têm um surto de lucidez, e não se deixam manipular nem amedrontar.

As intermitências da morte (2005) apresenta uma história igualmente inusitada. Desta vez a morte para de matar. A suspensão do trabalho dela causa problemas jamais pensados e que assumem proporções gigantescas, e o Estado precisa agir de modo enérgico para impor a “ordem”. Quando um moribundo, cansado de sofrer, pede que o levem para além da fronteira, e com isso se percebe a possibilidade de morrer no país vizinho, os problemas, ao contrário de terem encontrado solução, intensificam-se. O governo impõe o fechamento das fronteiras e aprisiona a população dentro do país. A Igreja fica atordoada, porque sem morte não há ressurreição, e sem ressurreição não há Igreja. Surge uma “máphia” que traslada os corpos moribundos para falecer no estrangeiro. A ausência da morte cria um caos, que exige a reinvenção de instituições e modos de vida a fim de reconduzir a sociedade à ordem. Sete meses depois, a morte retoma seus trabalhos, agora, porém, a fim de evitar as críticas que sempre recebera daqueles cidadãos, avisa com uma semana de antecedência, através de uma carta, o momento em que matará. O desespero muda de aspecto, e a morte, desejada no tempo de sua ausência, volta a ser vilã. As cartas seguem aos seus destinatários com precisão, até que algo dá errado. Uma delas retorna, e o músico que deveria ter morrido com 49 anos, completou cinquenta. A morte insiste, mas, diante do retorno sistemático da carta, transforma-se em mulher para investigar o caso. Súbita paixão acomete a ela e ao músico, e, após uma noite de amor, aquela morte (responsável pelo falecimento dos cidadãos daquele país) se torna mulher. Então, na ausência da morte enquanto morte, “No dia seguinte ninguém morreu” (p.

207).

3 Análise comparativa das obras

Consideraram-se para esta análise apenas alguns dos aspectos das obras. É intenção sugerir que as narrativas podem ser interpretadas de acordo com as categorias abaixo, mas não há nenhuma intenção de sugerir que estas sejam as únicas, tampouco as principais.

3.1 A vida nua do *homo sacer*

Giorgio Agambem (2007) explica-nos que o significado da expressão “vida nua” remete à vida matável e insacrificável do *homo sacer*, ou seja, a possibilidade de alguém ser morto sem que isso constitua um crime para o assassino, tampouco se o faça de acordo com as normas do sacrifício. *Homo sacer* é o indivíduo julgado por um delito, fato que impede seu sacrifício mas permite seu assassinato sem que o assassino seja condenado. Para exemplificar, nas sociedades modernas, fato semelhante se dá quando, em uma perseguição policial, o suspeito é morto. Segundo Agambem, “o fundamento primeiro do poder político é uma vida absolutamente matável, que se politiza através de sua própria matabilidade” (p. 96), e “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera” (p. 90-91).

| | <i>As intermitências da morte</i> | <i>Ensaio sobre a lucidez</i> | <i>Ensaio sobre a cegueira</i> |
|----------|--|--|--|
| Vida nua | * Questiona até onde vai a vida e onde começa a morte. | * Apresenta artimanhas do governo (colocando o cidadão como “matável”) para impor a democracia. | * Soldados sugerem morte dos cegos para “acabar” com o problema. * Os cegos “tiranos”, na posição de soberanos, matam e estupram. |

Tabela 1: Vida nua

A vida nua e o *homo sacer* estão presentes nas três narrativas de José Saramago, mas o modo como se apresentam é bem diverso. Em *As intermitências da morte* a suspensão da morte provoca um caos social, e as pessoas (familiares e mesmo os próprios moribundos) exigem a possibilidade de os doentes irem morrer para além da fronteira, onde a morte ainda mata. O governo, diante deste fato, cria barreiras para impedir o traslado dos doentes, a fim de

assegurar a vida, ainda que esta seja apenas a suspensão da morte, uma vez que os doentes, em estado terminal, vegetam. Os familiares, ou porque não suportam mais cuidar dos velhos e doentes, ou porque apiedam-se de seu sofrimento, apelam à “máphia” para chegar ao país vizinho e lá esperar que morram. O governo, diante da possibilidade de falimento da seguridade e previdência sociais, assente que a “máphia” opere ilegalmente, diminuindo a fiscalização. Para além da religião, da moral e da lei, a vida assume sua condição de vida nua, e o delito destes “cidadãos matáveis” é não conseguir morrer. É ocioso dizer que o procedimento adotado é, de certa forma, análogo ao da eutanásia.

Diferentemente, em *Ensaio sobre a lucidez* a vida nua não surge a partir de uma necessidade das pessoas, e sim do governo. Depois de repetir as eleições municipais na capital do país e estas terem novamente apresentado como resultado uma esmagadora maioria de votos em branco, as instituições do Estado abandonam o povo à sua própria sorte, certos de que, na falta, por exemplo, da polícia, a situação rapidamente evoluiria para o caos social. Frustrada esta certeza e diante de uma capital cuja população segue sua vida sem sobressaltos diferentes dos habituais, a cúpula de ministros cria primeiro dificuldades para a entrada de alimentos e impede a saída dos cidadãos para outras cidades, o que impossibilita muitos de trabalhar. Súbito, uma bomba explode na estação do trem, matando dezenas de cidadãos e ferindo muitos outros. A ordem partira do ministro do interior, o qual utiliza os meios de comunicação para convencer a todos de que foi uma manobra terrorista da conspiração que persuadira os cidadãos a votar em branco, e desta forma afrontar a democracia (ainda que a democracia preveja o voto em branco). Além destas mortes, várias outras suceder-se-ão, isoladamente, numa tentativa contínua do governo para aterrorizar a população. A vida nua aqui ocorre como expressão da soberania do Estado, o qual, mesmo ao perder o seu poder, busca recuperá-lo do único modo que conhece para exercê-lo: através da violência física e da coerção ideológica.

Ensaio sobre a cegueira apresenta uma situação muito diferente, porém, no plano alegórico, semelhante. O Estado propriamente dito isola os cegos em quarentena a fim de conter a epidemia e lhes fornece condições muito precárias de subsistência: viverão como animais. Porém, a vida nua propriamente dita será fruto da ação do grupo de cegos que não aceita uma organização “democrática” dentro do manicômio, uma vez que preferem estabelecer uma tirania na qual eles são os tiranos. Este grupo roubará toda a comida e cobrará por ela. Quando o dinheiro dos outros acaba, exige mulheres. Estupra-as a ponto de uma delas morrer, e fá-lo de novo sistematicamente com as demais, até que uma delas (a única pessoa que enxerga – a “mulher do médico”) mata seu líder. Da parte do Estado,

ocorrem mortes executadas pelos soldados, quando estes se sentem ameaçados por cegos que se aproximam em demasia, é o caso do “ladrão”, que, estando gravemente ferido, saiu ao pátio para pedir socorro e foi assassinado por um dos soldados. Nesta narrativa a vida nua alcança novos aspectos e vê-se somada à animalização dos cegos, os quais, em relação à higiene e sexualidade, comportam-se como porcos.

3.2 O parque humano

O isolamento nos dois “Ensaio” é importante do ponto de vista do Estado no sentido de evitar o problema e impedir que ele se alastre, enquanto nas “Intermitências” é crucial para evitar impasses diplomáticos, uma vez que os países vizinhos de modo algum ficariam satisfeitos de estarem sendo usados para que neles morressem os cidadãos daquele em que a morte suspendera seus serviços. Porém, na perspectiva deste artigo, os enredos, ao evoluírem narrando os acontecimentos ocorridos na vigência deste “claustro”, compõem um quadro que remete à ideia de “parque humano” elaborada por Peter Sloterdijk. Segundo ele, os seres humanos são animais que passam por um longo processo de domesticação, um adestramento voluntário que faz com que, desde muito jovens, nossa condição selvagem seja amansada, tornando-nos dóceis para podermos viver na sociedade, um grande parque que exige de nós a sujeição a suas regras como condição para nele viver.

| | <i>As intermitências da morte</i> | <i>Ensaio sobre a lucidez</i> | <i>Ensaio sobre a cegueira</i> |
|------------|---|--|---|
| Isolamento | * O governo impede a população de sair do país, fechando as fronteiras. | * O governo impõe o isolamento dos subversivos, “fechando” a capital. | * Os cegos são aprisionados dentro do prédio de um antigo manicômio. |
| Regras | * A regra de não provocar a morte é subvertida pelas pessoas. | * As pessoas continuam vivendo de acordo com as regras, mesmo sem que haja a fiscalização do governo. A subversão da regra é realizada pelo governo. | * Os cegos têm de criar suas próprias regras, e os “tiranos” impõem sua vontade através da força, subjugando aqueles que querem criar uma “democracia”. |

Tabela 2: Estrutura do parque

“Se há uma dignidade do ser humano que merece ser trazida ao discurso de forma

conscientemente filosófica, isso se deve sobretudo ao fato de que as pessoas não apenas são mantidas nos parques temáticos políticos, mas porque se mantêm lá por si mesmas” (SLOTEDIJK, 2000, p. 49). E o fazem porque têm a impressão de desta forma viverem seu livre-arbítrio, sua tão preciosa liberdade: “Se a forma tirânica, por seu turno, for excluída como falsa e ilusória, resta então a genuína arte da política: ela é definida [por Platão] como 'o cuidado voluntariamente oferecido... de rebanhos de seres vivos que o aceitam voluntariamente'” (*idem*, p. 52).

Da perspectiva de Zaratustra, os homens da atualidade são acima de tudo uma coisa: bem-sucedidos criadores que conseguiram fazer do homem selvagem o último homem. É óbvio que tal feito não poderia ser realizado só com métodos humanistas de domesticação, adestramento e educação. [...] [Nietzsche] fareja um espaço no qual lutas inevitáveis começarão a travar-se sobre o direcionamento da criação dos seres humanos (*idem*, p. 40).

O parque humano, “espaço no qual lutas inevitáveis começarão a travar-se sobre o direcionamento da criação dos seres humanos” funciona de modos distintos nas três narrativas. Em todas, ele é ocasionado por uma ação do Estado, provém do confinamento dos cidadãos, e também em todas, as regras anteriormente postas do “parque” são questionadas; porém nas “Intermitências” e no *Ensaio sobre a lucidez* há dois momentos (e até dois parques) distintos: o anterior ao e o do confinamento, enquanto no *Ensaio sobre a cegueira* ele é instituído devido ao confinamento e se estende para depois dele porque a cegueira foi generalizada para além dos muros do claustro. Expliquemos melhor.

Antes de as pessoas pararem de morrer, no livro *As intermitências da morte*, as regras estavam postas considerando a morte como uma entidade que em dado momento agiria e a vida findar-se-ia. A suspensão da morte levanta um problema imediato: e quanto àqueles que vegetam, suspensos entre a vida e a morte, moribundos sem condições de nada fazerem, apenas presos à vida por um fio finíssimo à espera da gadanha que o corte? O que fazer com estas pessoas? E o problema a médio prazo explode na mente de todos: o país será em breve um imenso asilo de velhos decrepitos. A descoberta de que morre-se em outros países se a população daquele se dirige até lá cria um novo problema, que obriga o governo a fechar as fronteiras. O caos não apenas estabelece as condições para a vida nua, mas também para um parque humano funcionando de acordo com regras diferentes daquelas estabelecidas pela Lei. O Estado, a fim de “readestrar” os cidadãos, utiliza-se do aparelho ideológico de maior repercussão nas massas nos tempos atuais (pelo menos no que se refere à rapidez) – a imprensa – bem como outros instrumentos (a Igreja etc.) de modo incisivo, porém não alcança êxito, sendo obrigado a afrouxar as rédeas e permitir as operações da “máphia”, momento em que as pessoas (e não apenas a morte) são, sob diversos aspectos, transformadas em objetos,

ou em mercadorias.

No *Ensaio sobre a lucidez* as regras do parque humano são questionadas de modo bem mais radical, porque a própria lógica do parque é posta em xeque: o adestramento voluntário é negado pela população, a qual, ao invés de eleger aqueles que estabeleceriam as normas da domesticação, vota em branco. O governo procura, ao isolá-los, dificultar suas vidas a fim de que se animalizem e recorram novamente a ele. Isto não ocorrendo, comete crimes hediondos para aterrorizá-los e obrigá-los a aceitar o retorno dos “adestradores”.

Ensaio sobre a cegueira parece ser um caso à parte, uma vez que não há elementos, nem mesmo em *flashbacks*, que apontem as regras anteriores ao momento de início da “cegueira branca”. As três narrativas iniciam no problema, mas nesta o modo de vida das pessoas antes da epidemia não constitui referência a um modo de domesticação. Aqui, o parque humano tem suas regras criadas e estabelecidas durante a quarentena, e se dá mediante o choque de duas perspectivas: a democrática e a tirana, cujo embate resulta na vitória desta última, que só é derrotada mediante o uso pelos adversários (neste caso mais precisamente adversárias) da estratégia que aquela usara: força, violência, armas. No momento em que as regras deste parque são quebradas, o próprio parque é destruído (o incêndio). Novamente livres, os cegos deparam-se com um mundo onde a única lei é a da sobrevivência, e onde os seres humanos comportam-se como quaisquer outros animais, logo, o parque existente no manicômio ampliara-se para o país inteiro, agora, contudo, destituído de um poder central de domesticação.

3.3 Questionamento da democracia

A realização prática do conceito de democracia ainda não ocorreu nas sociedades ocidentais modernas. Uma democracia verdadeiramente substantiva, de fato democrática, prescindiria de representantes eleitos, uma vez que o governo seria do povo, e não de uma minoria eleita. Os estados modernos, e semelhante processo ocorria na Grécia Antiga, limita o sentido de “governo do povo” para “governo daqueles que o povo elege como seus representantes”. Especialmente nos *Ensaio*s, este conceito é radicalmente questionado – cada um do seu modo. Aproveito uma frase de Agambem para pontuar esta circunstância: “Na vida dos conceitos, há um momento em que eles perdem a sua inteligibilidade imediata e, como todo termo vazio, podem carregar-se de sentidos contraditórios” (2007, p. 88).

| | <i>Intermitências da morte</i> | <i>Ensaio sobre a lucidez</i> | <i>Ensaio sobre a cegueira</i> |
|-----------------------|---|--|--|
| Limites da democracia | <ul style="list-style-type: none"> * Questiona os limites do Estado no gerir o corpo. * Apresenta a subversão da regra (lei) pelas pessoas. | <ul style="list-style-type: none"> * Questiona e critica o sistema eleitoral. A domesticação e o adestramento voluntário são negados através do voto em branco. * O povo destitui silenciosamente os lugares do discurso, supera temporariamente a dominação do discurso dos dominantes. | <ul style="list-style-type: none"> * <i>A democracia dos cegos</i> de uma das camaratas fracassa, perde para a tirania dos inescrupulosos da outra. * As palavras perdem para a imposição física e o uso das armas. |
| AIE | <ul style="list-style-type: none"> * A mídia como Aparelho Ideológico do Estado. | <ul style="list-style-type: none"> * A mídia como Aparelho Ideológico do Estado. | <ul style="list-style-type: none"> * Não há AIE's. O Estado se ausenta na condição de governo (apresenta-se apenas como mantenedor – doador de comida) e é necessária a criação de um “estado paralelo” (alegórico), o qual funciona apenas repressivamente, não ideologicamente. |
| A lei | <ul style="list-style-type: none"> * Lei moralista, ligada a princípios religiosos. | <ul style="list-style-type: none"> * Unilateralidade da lei, usada pelo governo a fim de beneficiar apenas a si mesmo. Quando não pode agir de acordo com ela, ignora-a e tenta incriminar aqueles que se lhe opõem. | <ul style="list-style-type: none"> * A lei permite o isolamento e abandono dos cegos, os quais vivem sob a égide do mais forte. |

Tabela 3: A problemática da democracia

Peço a paciência do leitor para acompanhar o desenvolvimento dos itens da tabela acima.

Como apontado anteriormente, a democracia é um conjunto de normas para o parque humano, as quais devem ser seguidas pelos cidadãos a fim de gozarem de seus direitos. Para Sloterdijk, “os homens são animais dos quais alguns dirigem a criação de seus semelhantes enquanto os outros são criados [...]” (*idem*, p. 44). Ainda segundo ele, e ele com base em Nietzsche, “dentre os homens [...] alguns poucos querem; quanto à maioria, porém, outros querem por eles. Que outros queiram por eles significa que eles existem apenas como objeto, e não como sujeito de seleção” (*idem, ibidem*). Neste sentido, destaque-se que estes outros

que querem pela maioria, no parque “democrático”, incutem nesta última os valores daqueles, tornando a multidão massa de manobra. Este sistema constitui as nações soberanas, e, por sua vez, o soberano, o qual “é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência traspassa em direito e o direito em violência” (AGAMBEM, 2007, p. 38). Este poder soberano, como já foi posto, está presente nas três narrativas, nas muitas circunstâncias em que os governantes impõem-se pela violência.

A soberania apoia-se na lei, a qual limita a liberdade. Mas

Qual é, digamos, a *forma de vida* que corresponde à *forma de lei*? Não se torna assim a lei moral algo como uma ‘faculdade imperscrutável?’ Kant chama de “respeito” a esta condição de quem se encontra vivendo sob uma lei que vigora sem significar, sem portanto, prescrever nem vetar nenhum fim determinado (“a motivação que um homem pode ter antes que um certo fim lhe tenha sido proposto não pode manifestamente ser outra senão a própria lei através do respeito que ela inspira, sem determinar quais objetivos se possa ter ou alcançar obedecendo a ela). Dado que a lei, em relação ao elemento formal do livre-arbítrio, é a única coisa que resta, uma vez que eliminou a matéria do livre-arbítrio” (*idem*, p. 60).

Nas “Intermitências” o Estado, através da Lei, vê-se no direito de gerir o corpo dos cidadãos, proibindo que optem pela morte, obrigando-os a permanecer vivos a despeito de seu sofrimento e do de suas famílias. No que diz respeito a estas, condena as ações que tomam para abreviar a dor de seus membros moribundos e, mesmo quando os discursos são deslocados e as mortes são vistas como “suicídio” (quando o doente tem condições de consentir no transporte), o Estado mantém sua posição proibitiva. Porém esta é uma lei que, no contexto, “vigora sem significar” e impede o livre-arbítrio. A Lei se mostra ligada a valores religiosos, a uma moral que não serve mais para muitos cidadãos, os quais, não obstante às pressões, subvertem as regras e encontram um meio de morrer ou deixar morrer, escapando ao cerco da Lei. A vida e os corpos são politizados (AGAMBEM, 2007, p. 172) mas os indivíduos encontram um meio de reavê-los, recuperando a posse de si mesmos.

Ensaio sobre a lucidez elabora de modo muito claro uma crítica profunda ao sistema democrático. Primeiro, ao apontar a hipocrisia da liberdade de escolha, a qual, ainda que prevendo o voto em branco, não o admite como maioria. Segundo, ao representar a sordidez dos ministros e do presidente, os quais utilizam os meios mais espúrios e pérfidos para retomar o poder. E ainda ao descrever o funcionamento normal da cidade sem os representantes do Estado e seus respectivos aparelhos de repressão, como a polícia. Aqui, ao contrário do que se poderia esperar da massa (outrora instrumento de manobra), o povo age silenciosamente, não seguindo um líder, mas um súbito surto de lucidez. Mesmo diante dos discursos dos ministros na televisão, no rádio, e das notícias mentirosas criadas por diversos jornalistas no interesse do Estado, a população não se deixa enganar, e, de modo pacífico,

permanece firme na sua “mansa insurgência”. Ao contrário do que ocorre no nosso cotidiano, onde o poder das instituições cria discursos “verdadeiros” (“E a instituição responde: [...] se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.” FOUCAULT, 1999, p. 7) as instituições Estado e mídia não conseguem transformar seus discursos em verdades. O governo infringe a Lei e se transforma no maior dos criminosos (assassinam inocentes, prendem sem acusações, torturam, difamam etc.). A defesa da democracia assume ares de brutal tirania, as atrocidades são realizadas com o pretexto de restabelecer o *status quo ante*, o qual, longe de ser benéfico para o povo, o é apenas à minoria que o domina e se aproveita dele.

O caso de *Ensaio sobre a cegueira* parece muito diferente. Aqui não há exatamente uma crítica ao sistema democrático, mas à ausência deste, a sua supressão pela tirania. Alegoricamente, o manicômio é o mundo (“A mulher do médico disse ao marido, O mundo está todo aqui dentro” (SARAMAGO, 1995, p. 102), no qual uma minoria controla e explora os demais. Entre estes, há aqueles que têm condições de gerir de modo justo o ambiente, e fazê-lo considerando as expectativas dos demais, ouvindo-os e utilizando suas potencialidades para servi-los. É o caso, por exemplo, do médico e de sua esposa, principalmente desta última, que é, dentre todos, a única pessoa que enxerga. Ciente de que seria explorada pelos outros, ela não revela sua singularidade, mas esforça-se para ajudá-los. No entanto, seu grupo procura resolver tudo por meio do discurso, o qual possui limites que não podem ser superados apenas com palavras, pois estas são derrotadas pela força. Confrontados pela violência, os “democratas” sucumbem. O revólver que um dos cegos do grupo dos tiranos possui é um obstáculo intransponível ao discurso. É preciso dias de fome e repetidos estupros para a mulher do médico finalmente apunhalar com uma tesoura o pescoço do líder daqueles. Contudo isto ainda não é o bastante, porque alguns dos homens, alimentados com a comida proveniente do sofrimento de suas esposas e mais cegos do que nunca pelo medo e covardia, querem entregar a assassina para os tiranos que ainda vivem a fim de evitar que estes promovam represálias. É só após o manicômio inteiro arder em chamas que a mulher do médico e seu grupo composto por mais seis pessoas (o médico, a rapariga dos óculos escuros, o velho da venda no olho, o primeiro cego, sua mulher e o rapazinho estrábico – nenhum dos personagens tem nome) alcança a liberdade. Mesmo dentro de um pequeno espaço, entre 260 pessoas, não foi possível conciliar os espíritos democraticamente. Quando a Lei permite que se isolem indivíduos em um ambiente que a própria Lei não alcança, impera a selvageria: manda o mais forte.

Os fatos todos ocorridos nos enredos recebem uma segunda narrativa, publicada nos

jornais impressos e televisionados. Saramago insiste em satirizar a imprensa nos três livros, deixando claro que a mesma é um aparelho ideológico do estado, o qual não titubeia em manipular as informações, e mesmo mentir, para salvaguardar os interesses dos dominantes. Para não ficarmos apenas em considerações marxistas sobre o fato, acrescentemos ainda o que nos diz Foucault: “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (*op. cit.*, p. 8-9). A imprensa utiliza estes “procedimentos” para manipular a verdade, criando uma mentira e inculcando-a como se fosse a própria realidade revestida de “imparcialidade” (palavra de que tanto gostam os jornalistas).

Para finalizar este subcapítulo sobre os limites e ao mesmo tempo sobre a necessidade de uma verdadeira democracia, diferente destas em que o cidadão abdica “do poder de decidir em favor dos representantes de partidos firmemente inseridos na estrutura de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 937) e onde a democracia reduz-se a “um ritual eleitoral: ou seja, a competição entre partidos indistinguíveis para ganhar a administração de um Estado de *ideologia única*.” (PILGER apud MÉSZÁROS, 2004, p. 14), permito-me uma citação mais longa de Agambem, para a qual peço a atenção do leitor:

Contrariamente ao que nós modernos estamos habituados a representar-nos como espaço da política em termos de direitos do cidadão, de livre-arbítrio e de contrato social, do ponto de vista da soberania, *autenticamente política é somente a vida nua*. Por isso, em Hobbes, o fundamento do poder soberano não deve ser buscado na cessão livre, da parte dos súditos, do seu direito natural, mas, sobretudo, na conservação, da parte do soberano, de seu direito natural de fazer qualquer coisa em relação a qualquer um, que se apresenta então como direito de punir. “Este é o fundamento” – escreve Hobbes – “daquele direito de punir que é exercitado em todo estado, pois que os súditos não deram esse direito ao soberano, mas apenas, ao abandonar os próprios, deram-lhe o poder de usar o seu no modo que ele considerasse oportuno para a preservação de todos; de modo que o direito não foi *dado*, mas *deixado* a ele, e – excluindo os limites fixados pela lei natural – de um modo tão completo, como no puro estado de natureza e de guerra de cada um contra o próprio vizinho” (*op. cit.*, p. 113, grifos do autor).

3.4 Estado de Exceção

O estado de exceção está intimamente relacionado ao isolamento a que o Estado submete, nas três narrativas, os cidadãos (conforme 3.2) e à conseqüente suspensão de direitos. Escrevo este subcapítulo, sobretudo, para explicar o termo em si, e procuro não me alongar nas análises, uma vez que algumas de suas conseqüências já foram referidas acima. Dentre as três narrativas, aquela que elabora de modo mais profundo as características do estado de exceção é o *Ensaio sobre a lucidez*, como se pretende demonstrar com as explicações abaixo.

Por Estado de Exceção compreende-se, aqui, a organização política que, apesar de resguardar semelhanças estruturais com o [...] Estado de Direito, distancia-se deste em alguns aspectos fundamentais. O Estado de Exceção realiza justamente uma suspensão da característica fundante do Estado de Direito, qual seja: a existência e o exercício dos direitos políticos, civis e sociais. É através da eliminação destas garantias de participação dos indivíduos na sociedade que o Estado de Exceção se afirma e se fortalece. A partir deste momento primeiro, este modelo se generaliza, no sentido de totalizar a sociedade, e de controlá-la completamente por meio da instituição da violência, através da utilização livre do poder de polícia do Estado como poder de opressão, e não mais como poder de proteção (historiaehistoria.com.br).

Ao contrário de vermos essa explicação como marco de um abismo entre o Estado de Exceção e o Estado de Direito, devemos entender os dois como contíguos. “O Estado de Direito, em última instância, ao reconhecer a necessidade de se controlar e restringir o uso da força na esfera social declara a existência do Estado de Exceção”. Para isso, o Estado de Direito prevê “em sua tão aclamada Carta Constitucional, a existência e o exercício do Estado de Exceção, reservado para momentos chaves nos quais se prevê a necessidade da suspensão das garantias individuais” (*idem, ibidem*). Os momentos chaves referidos ocorrem nas três narrativas, repetindo-os: “greve” da morte, voto em branco massivo, epidemia de cegueira. Cada um destes momentos é uma ocasião caracterizada “sobretudo por circunstâncias particulares nas quais o exercício da cidadania outorgada pelo Estado de Direito é considerado ‘inadequado’” (*idem, ibidem*). Inadequado porque se choca contra os interesses deste Estado.

Percebe-se, assim, uma disposição, por parte do Estado, da vida dos indivíduos que compõem a sociedade. Isto porque, tendo em vista que este Estado, quando Estado de Direito, constitui o indivíduo como sujeito político (cidadão) através da concessão de seus direitos políticos, sociais e civis, ele utiliza-se de seu poder soberano, então quando Estado de Exceção, para retirar destes mesmos indivíduos a sua cidadania, dispondo, desta forma, da vida do cidadão como homem político, inserindo-o e retirando-o do âmbito de proteção institucional quando assim considerado apropriado (*idem, ibidem*).

O estado de exceção, segundo Agambem, é uma “esfera-limite do agir humano”, uma vez que “Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e assim implica nele a vida nua” (*op. cit.*, p. 90). Para o autor, e neste aspecto concordando com Foucault, “na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica)”, e, deste modo, “todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como *homines sacri*” (*idem*, p. 117). Uma vez que permitimos a politização de nossos corpos, permitimos igualmente que o Estado possa geri-los. E este o faz estabelecendo as regras do viver e do morrer: morre-se de morte natural e, outra morte, se não executada pelas instituições autorizadas, será considerada criminosa (“Intermitências”); o voto é direito do cidadão para que este escolha entre um partido político, o voto em branco não pode ser maioria, se o for, novas eleições serão convocadas e, persistindo a anomalia, severas punições serão impostas (*Ensaio sobre a lucidez*); doenças

transmissíveis serão tratadas de modo especial, e no caso de epidemias os indivíduos deverão submeter-se não apenas ao isolamento, mas ao tratamento que o Estado decidir (*Ensaio sobre a cegueira*).

| | <i>Intermitências da morte</i> | <i>Ensaio sobre a lucidez</i> | <i>Ensaio sobre a cegueira</i> |
|-------------------|---|---|---|
| Estado de exceção | Bloqueio das fronteiras do país: restrição de direitos. | Isolamento da cidade e suspensão de diversos direitos. Censura. Assassínio de cidadãos pelo governo, prisões e tortura. | Imposição de quarentena: confinamento e portanto suspensão de direitos. |

Tabela 4: Estado de Exceção

O estado de exceção é o limite maior da democracia, uma vez que ela própria autoriza suas iniquidades no seu mais “sagrado” documento: a Constituição. “São os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (*idem*, p. 131).

3.5 Desfecho

A solução para os problemas das narrativas só ocorre no *Ensaio sobre a cegueira*, uma vez que no final os cegos vão pouco a pouco voltando a enxergar. Do ponto de vista alegórico, este livro também aponta para uma solução: uma vez que estão todos cegos no mundo, há uma mulher que é capaz de ver e conduzir os demais, pelo menos um pequeno grupo, mas cuja heterogeneidade tem um papel alegórico notório.

Nas outras duas obras, ao contrário de o problema ser resolvido, é ampliado. As *intermitências da morte* termina do modo como começou: a primeira frase é “No dia seguinte ninguém morreu” (p.11), indicando o início da “greve” da morte. Depois de esta retomar seus trabalhos e de todas as peripécias do enredo, a morte vive uma noite de amor com o violoncelista, e a última frase do livro retoma o mesmo problema da primeira, repetindo-a *ipsis litteris*: “No dia seguinte ninguém morreu” (p. 207).

O *Ensaio sobre a lucidez* tem um final que não resolve nada, apenas comprova que o governo está completamente perdido e não sabe o que fazer para retomar o poder: cumprindo ordens de um dos ministros, um atirador mata a mulher do médico (acusada de ser a líder da conspiração dos “brancosos” – mentira na qual o povo não acreditou) e o cão que estava ao seu lado. Depois desta cena, a última do livro é o diálogo entre dois cegos, comentando os

tiros e os uivos. Este final não resolve coisa alguma, uma vez que a população não acredita que tenha havido conspiração, tampouco que aquela mulher fosse sua líder. O livro poderia, é claro, ter acabado de outro modo, contanto que o resultado fosse o mesmo: não havia como solucionar o caso do voto em branco, a menos que a população reconsiderasse e votasse em um dos três partidos. Uma vez que as estratégias de terror dos governantes não a convenceu de que o Estado é necessário, não havia como convencê-la a restituir-lhes o poder. O problema persistirá até que um dos lados – Estado ou cidadãos – desista da luta, pois nas circunstâncias dadas (o Estado agindo como pode, segundo os velhos paradigmas da soberania, e a população negando-se a alienar-se e submeter-se) ninguém jamais vencerá, pois ambas as forças se equivalem. “É regra invariável do poder que, às cabeças, o melhor será cortá-las antes que comecem a pensar, depois pode ser demasiado tarde” (SARAMAGO, 2004, p. 116).

| | <i>Intermitências da morte</i> | <i>Ensaio sobre a lucidez</i> | <i>Ensaio sobre a cegueira</i> |
|----------------|---|---|--|
| Final da trama | * Desloca a atenção do leitor para o romance entre a morte e o violoncelista, o que leva a um final que retoma o início, aprofundando o problema. | * Cria um final que não resolve nada, a morte da mulher do médico só demonstra o quanto o governo continua perdido, sem saber o que fazer para retomar o poder. | * Os cegos voltam a enxergar tão subitamente como cegaram. |

Tabela 5: Desfecho

4 Considerações finais

As narrativas de José Saramago aqui estudadas não exigem que apelemos para a categoria do inconsciente político explicado por Jameson, pois é no nível do consciente e até do explícito que as alegorias do autor operam. Ficam evidentes as intenções políticas das narrativas, as quais, ao apresentar um questionamento e uma crítica à democracia e suas instituições, ao mesmo tempo apontam para a necessidade de um sistema substantivamente democrático, no qual seja realmente o povo a governar seu destino. Talvez seja necessário que alguém idôneo e solidário enxergue e conduza-nos, cegos que somos, mas é possível um surto de lucidez que abra nossos olhos e nos livre da necessidade de um líder, e se a morte não nos vier levar, talvez seja necessário superar os limites da lei e da moral, a fim de garantir que possamos morrer como humanos, ao contrário de tornarmo-nos imortais à custa de vivermos

como feijões.

As obras aqui breve e superficialmente analisadas são complexas e diferentes. Os pontos em comum apresentados às vezes apresentam funcionamentos discrepantes, como esperamos ter deixado claro. No entanto, todas, de alguma forma, insistem em criticar o sistema monstruosamente hipócrita criado pelos seres humanos, no qual uma minoria quer pela maioria, impondo-lhe o modo de vida que garantirá que seus quereres realizem-se. O desmascaramento do “liberalismo” é a arma utilizada pelo escritor para retirar de nossos olhos o véu da ideologia capitalista, a fim de que a lucidez nos conduza à verdadeira liberdade.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte, MG, Editora UFMG, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Notas sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE)*. 2ª edição. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5ª edição. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- JAMESON, Frederic. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo, Ática, 1992.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. SP: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *Para além do capital*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- SARAMAGO, José. *As intermitências da morte*. São Paulo, Companhia das letras, 2005.
- _____. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, Companhia das letras, 1995.
- _____. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo, Companhia das letras, 2004.
- SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, Estação Liberdade, 2000.
- O “ESTADO DE EXCEÇÃO” Benjaminiano e o III Reich Alemão. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=30>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.